

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 8002828-03.2022.8.05.0176 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma APELANTE: RONALD SILVA DE SOUSA Advogado (s): LORENA GARCIA BARBUDA CORREIA, Rebeca Matos Gonçalves Fernandes dos Santos APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): ACORDÃO EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA DEFESA. CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. PRELIMINAR DE NULIDADE DAS PROVAS EM VIRTUDE DA VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. REJEIÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SERENDIPIDADE. PEDIDO ABSOLUTÓRIO. INVIABILIDADE. JUSTA CAUSA DELITIVA COMPROVADA. PLEITO PARA DESCLASSIFICAR A CONDUTA DE TRÁFICO DE DROGAS PARA O CRIME DE PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL. INVIABILIDADE. EVIDÊNCIA DO NARCOTRÁFICO. PEDIDO DE APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI ANTIDROGAS (TRÁFICO PRIVILEGIADO). NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. AFASTADO. MANUTENÇÃO DOS MOTIVOS QUE ENSEJARAM A DECRETAÇÃO DA MEDIDA EXTREMA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO, NA ESTEIRA DO PARECER MINISTERIAL. Trata-se de Recurso de Apelação Criminal interposto por Ronald Silva de Souza, irresignado com a sentença proferida pelo MM. Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Nazaré/BA, cujo teor julgou procedente a pretensão acusatória, condenando-o às penas de 05 (cinco) anos de reclusão, bem como o pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, pela prática do crime previsto no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06 (ID 46403524). Em suas razões recursais, o Apelante pleiteia, preliminarmente, o reconhecimento da nulidade por violação de domicílio. No mérito, requer a absolvição por insuficiência de provas da autoria, além da desclassificação para o artigo 28 da Lei 11.343/06. Pleiteia, ainda, o reconhecimento da minorante prevista no § 4º, do artigo 33 da Lei 11.343/06 e o direito de recorrer em liberdade (ID. 50963247). De início, cumpre salientar que não se vislumbra qualquer ilegalidade a ser declarada no presente feito. Afinal, apesar dos policiais terem ido à residência do Apelante para cumprir o Mandado de Prisão expedido nos autos de nº 8002433-11.2022.8.0176, não se pode olvidar que, chegando lá, precisaram adentrar no domicílio em virtude do Apelante ter se negado a acompanhá-los e, nessa oportunidade, avistaram um saco de geladinho contendo entorpecentes, assim como um rádio comunicador. Nesse cenário, em que pese o Apelante tenha sido inicialmente procurado para ser preso em virtude da prática do crime de homicídio (objeto da ação penal nº 8002433-11.2022.8.0176), é evidente a possibilidade de responder, em apartado, pelo crime de tráfico de drogas devido ao flagrante constatado. Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. No mérito, não prospera o pedido absolutório. Com efeito, a materialidade do crime de tráfico de drogas está demonstrada através do Auto de Exibição e Apreensão (ID 46402794, fls. 18) que confirma que foram encontrados 70 (setenta) trouxinhas de cocaína e um rádio comunicador; e pelo Laudo de Exame Pericial (ID 46402794, fls. 45). Por sua vez, a autoria está demonstrada pelos depoimentos prestados pelos policiais que atuaram no caso, colhidos em ambas as fases da persecução criminal. Por todo o exposto, não há como isentar o Apelante da responsabilidade criminal. Ademais, não prospera a pretensão subsidiária de desclassificação da conduta de tráfico de drogas para o crime de porte de drogas para consumo pessoal. Afinal, o Apelante foi preso em flagrante na posse de 70 (setenta) porções de cocaína, além de um rádio de comunicação, evidenciando o seu envolvimento no narcotráfico, segundo a inteligência do art. 28, § 2o, da Lei nº. 11.343/06. Igualmente, não prospera o pleito

recursal para aplicar o redutor concernente ao tráfico privilegiado, pois a quantidade de entorpecentes apreendida, o fato de o Apelante ter sido encontrado também em poder de um rádio comunicador e, ainda, ser conhecido na urbe como integrante da facção criminosa denominada "Katiara", denota o seu envolvimento em atividades delitivas. Assim, é evidente o não preenchimento dos requisitos exigidos pelo art. 33, § 4o, da Lei Antidrogas. Ainda, deve ser afastado o pedido defensivo no tocante ao Apelante recorrer em liberdade, na medida em que, como bem ressaltado pelo magistrado singular, permanecem os motivos que ensejaram a decretação da medida extrema. Outrossim, a periculosidade do Recorrente é inconteste, haja vista que, a priori, pertence a facção criminosa. Desta feita, existem elementos idôneos que justificam a manutenção da prisão preventiva do Recorrente para salvaguardar a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. Recurso de Apelação CONHECIDO e IMPROVIDO, na esteira do Parecer ministerial. Vistos relatados e discutidos estes autos de Apelação nº. 8002828-03.2022.8.05.0176, que tem como Apelante, RONALD SILVA DE SOUZA, e como Apelado, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Acordam os Desembargadores integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Bahia, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação interposto, nos termos do voto do Relator. Salvador, . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e não provido Por Unanimidade Salvador, 7 de Dezembro de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 8002828-03.2022.8.05.0176 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma APELANTE: RONALD SILVA DE SOUSA Advogado (s): LORENA GARCIA BARBUDA CORREIA, Rebeca Matos Gonçalves Fernandes dos Santos APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): RELATÓRIO Para fins de exposição dos fatos, aproveita-se o relatório constante no Parecer emitido pela Douta Procuradoria de Justiça. Salvador/BA, 23 de novembro de 2023. Des. Jefferson Alves de Assis – 2ª Câmara Crime 1ª Turma Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 8002828-03.2022.8.05.0176 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma APELANTE: RONALD SILVA DE SOUSA Advogado (s): LORENA GARCIA BARBUDA CORREIA, Rebeca Matos Gonçalves Fernandes dos Santos APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): VOTO Preenchidos os pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, conheço a presente Apelação e passo ao seu exame. I – Preliminar de nulidade das provas em virtude da violação de domicílio. Rejeição. Aplicação do princípio da serendipidade De início, cumpre salientar que não se vislumbra qualquer ilegalidade a ser declarada no presente feito. Afinal, apesar dos policiais terem ido à residência do Apelante para cumprir o Mandado de Prisão expedido nos autos de nº 8002433-11.2022.8.0176, não se pode olvidar que, chegando lá, precisaram adentrar no domicílio em virtude do Apelante ter se negado a acompanhá-los e, nessa oportunidade, avistaram um saco de geladinho contendo entorpecentes, assim como um rádio comunicador. Nesse cenário, em que pese o Apelante tenha sido inicialmente procurado para ser preso em virtude da prática do crime de homicídio (objeto da ação penal nº 8002433-11.2022.8.0176), é evidente a possibilidade de responder, em apartado, pelo crime de tráfico de drogas devido ao flagrante constatado. Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, litteris: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. NULIDADE. ENTRADA EM DOMICÍLIO. ALEGADA FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO MANDADO DE BUSCA E

APREENSÃO. NÃO VERIFICADA. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Ao contrário das alegações defensivas, o mandado judicial de busca e apreensão apresentou fundamentação idônea, destinando-se a coleta de provas relacionadas a atividades ilícitas de facção criminosa integrada por aproximadamente dez indivíduos, dentre os quais, o ora agravante. 2. Embora a medida invasiva tenha sido autorizada no curso de investigação relativa a delito diverso, o que se tem, neste caso, é o encontro fortuito de provas, também chamado pela doutrina de serendipidade, não havendo que se falar em irregularidade ou vício na diligência ou nas provas obtidas no curso de sua execução. 3. Agravo regimental na o provido. (STJ – AgRg no HC: 703948 SC 2021/0351189–9, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Julgamento: 08/03/2022, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/03/2022). Pleito rejeitado. II – Pedido absolutório. Inviabilidade. Justa causa delitiva comprovada No mérito, não prospera o pedido absolutório. Com efeito, a materialidade do crime de tráfico de drogas está demonstrada através do Auto de Exibição e Apreensão (ID 46402794, fls. 18) que confirma que foram encontrados 70 (setenta) trouxinhas de cocaína e um rádio comunicador; e pelo Laudo de Exame Pericial (ID 46402794, fls. 45). Por sua vez, a autoria está demonstrada pelos depoimentos prestados pelos policiais que atuaram no caso, colhidos em ambas as fases da persecução criminal. Nesse ponto, importante frisar que o entendimento jurisprudencial é consolidado no sentido de atribuir eficácia probatória aos depoimentos prestados por agentes de segurança pública. Para tanto, basta que haja coerência nas narrativas, os depoimentos sejam submetidos ao contraditório e ampla defesa, bem como inexistam indícios que ponham em dúvida a imparcialidade e credibilidade dos milicianos. É o caso dos autos. Nessa trilha, o Superior Tribunal de Justiça vem decidindo: AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO ABSOLUTÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE VERIFICADAS. DEPOIMENTO DOS POLICIAIS. VALIDADE DA PROVA. 1. A Corte de origem asseverou que os depoimentos prestados pelos agentes da lei, tanto em solo policial quanto em Juízo, restaram coerentes e verossímeis, no sentido de que tiveram notícia da prática de tráfico de drogas no bairro Tamandaré, já conhecido nos meios policiais como ponto de venda de entorpecentes, "tendo o denunciante, ainda, fornecido uma descrição das vestimentas dos criminosos e que ambos eram jovens, bem como indicado o local onde os narcóticos eram acondicionados". 2. Ademais, "Diego teria dispensado quatro porções de maconha quando percebeu a chegada da Polícia Militar" e que "O restante das drogas estava escondido em um barranco, onde foram encontradas, no meio do mato, 21 porções de maconha embaladas de forma análoga àquela atribuída a Diego". 3. Com efeito, "o depoimento dos policiais prestado em Juízo constitui meio de prova idôneo a resultar na condenação do réu, notadamente quando ausente qualquer dúvida sobre a imparcialidade dos agentes, cabendo à defesa o ônus de demonstrar a imprestabilidade da prova" (AgRg no HC 672.359/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 28/6/2021). 4. Ademais, adotar-se conclusão diversa daquela trazida pelo Tribunal de origem demandaria necessário revolvimento fático-probatório, providência incompatível com a estreiteza procedimental do writ. 5. Agravo improvido. (AgRg no HC n. 751.416/SP, relator Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Sexta Turma, julgado em 22/11/2022, DJe de 25/11/2022.) Como se observa, diferente do que está sendo sustentado pela defesa, há lastro probatório robusto e suficiente para consubstanciar a condenação do Apelante. Mesmo porque,

embora o Apelante negue a comercialização, o tipo penal previsto no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/06, não só incrimina quem “vende” drogas, mas também quem pratica qualquer uma das 17 (dezesete) outras condutas, dentre as quais, a de “possuir” e “guardar”. Para que não restem dúvidas, segue a dicção da norma em comento: Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias–multa. Por todo o exposto, não há como isentar o Apelante da responsabilidade criminal. III – Pleito para desclassificar a conduta de tráfico de drogas para o crime de porte de drogas para consumo pessoal. Inviabilidade. Evidência do narcotráfico Ademais, não prospera a pretensão subsidiária de desclassificação da conduta de tráfico de drogas para o crime de porte de drogas para consumo pessoal. Afinal, o Apelante foi preso em flagrante na posse de 70 (setenta) porções de cocaína, além de um rádio de comunicação, evidenciando o seu envolvimento no narcotráfico. Nesse sentido, dispõe o art. 28, § 2o, da Lei nº. 11.343/06: Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. Ademais, ainda que o Apelante seja usuário (como a defesa alega), isso não o impede de comercializar a substância proscrita. Decerto, é notoriamente comum os usuários se valerem da venda dos entorpecentes para conseguirem sustentar o seu vício. Destarte, não basta a genérica alegação da condição de usuário para que seja afastada a imputação do crime de tráfico de drogas. No caso sub oculi, a defesa não logrou êxito em comprovar que a substância proscrita efetivamente se destinava ao consumo pessoal do Apelante. Ao contrário, os elementos probatórios permitem a condenação pelo crime tipificado no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/06, como foi feito na sentença. Sendo assim, estando devidamente comprovada a materialidade e autoria delitiva para o crime de tráfico de drogas, não há como proceder a desclassificação perquirida. IV – Pedido de aplicação da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei Antidrogas (tráfico privilegiado). Não preenchimento dos requisitos exigidos Igualmente, não prospera o pleito recursal para aplicar o redutor concernente ao tráfico privilegiado, pois a quantidade de entorpecentes apreendida, o fato de o Apelante ter sido encontrado também em poder de um rádio comunicador e, ainda, ser conhecido na urbe como integrante da facção criminosa denominada “Katiara”, denota o seu envolvimento em atividades delitivas. Assim, é evidente o não preenchimento dos requisitos exigidos pelo art. 33, § 4o, da Lei Antidrogas, cujo enunciado assim dispõe: Art. 33. Omissis. [...] § 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. V – Pedido de revogação da prisão preventiva. Afastado. Manutenção dos motivos que ensejaram a decretação da medida extrema Por fim, deve ser afastado o pedido defensivo no tocante ao Apelante recorrer em liberdade, na medida em que, como bem ressaltado pelo magistrado singular, permanecem os motivos que ensejaram a decretação da medida extrema. Outrossim, a periculosidade do Recorrente é incontestada, haja vista que, a priori,

pertence a facção criminosa. Desta feita, existem elementos idôneos que justificam a manutenção da prisão preventiva do Recorrente para salvaguardar a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, in verbis: Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. Logo, inexiste ilegalidade ou equívoco a ser reparado por este Egrégio Tribunal de Justiça. VI – Dispositivo Ex positis, voto pelo CONHECIMENTO e IMPROVIMENTO do Recurso de Apelação. Salvador/BA, 23 de novembro de 2023. Des. Jefferson Alves de Assis – 2ª Câmara Crime 1ª Turma Relator